

BOLSAS	BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na sexta (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na sexta	sexta-feira (em R\$)	Turismo, venda (em R\$)	Na BM&F, o grama (em R\$)	Prefixado, 31 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
-0,10 São Paulo	-0,60 Nova York	US\$ 1,016 (Estável)	2,380 (▼ 1,12%)	2,990 (▼ 0,03%)	R\$ 33,100 (▼ 1,92%)	19,61	Fevereiro/2005 0,59 Março/2005 0,61 Abril/2005 0,87 Maio/2005 0,49 Junho/2005 -0,02

CONTAS PÚBLICAS

Governo descobre novo rombo escondido há anos, dessa vez nos fundos de desenvolvimento do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE), resultado de empréstimos ao setor privado que não foram pagos

Dívida Pública

Um esqueleto de R\$ 6,3 bi

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

No final da década de 90, o Brasil foi assombrado por uma série de "esqueletos" que surgiram dos armários do governo. Dívidas que, quando surgiram, consumiram R\$ 120 bilhões dos cofres públicos para serem pagas. Depois dessa limpeza — que passou pela renegociação dos débitos de estados e municípios e pelo equacionamento dos bancos estaduais —, pensava-se que os fantasmas haviam desaparecido de vez. Ledo engano. Ontem, o Banco Central informou que um novo cadáver foi descoberto, aumentando em R\$ 6,358 bilhões a dívida pública. São empréstimos podres concedidos pelos fundos de desenvolvimento do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE), que vinham sendo contabilizados como créditos saudáveis e inflando artificialmente o patrimônio desses mecanismos de financiamento.

"Há anos não se fazia a limpeza dos esqueletos desses fundos. Agora, com os ajustes, eles poderão operar de forma mais segura", disse o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. A retirada de créditos podres dos fundos — durante anos, associados à corrupção — foi uma determinação dos ministérios da Fazenda e da Integração Regional, por meio da portaria 001, editada em janeiro de 2005. Dos R\$ 6,358 bilhões provisionados para a cobertura dos rombos, R\$ 5,158 bilhões são referentes a empréstimos malsucedidos do FNE e R\$ 1,2 bilhão, do FNO. Com a limpeza dos balanços, o patrimônio do fundo do Nordeste caiu para R\$ 15,3 bilhões e o do fundo do Norte, para R\$ 5 bilhões.

Segundo Antonio Roberto Albuquerque Silva, diretor do Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Regional, o Fundo do Centro-Oeste (FCO) ficou de

fora do processo do saneamento porque o seu gestor, o Banco do Brasil, faz, há anos, o provisionamento para os créditos podres. Já o Banco da Amazônia (Basa), que administra o FNO, e o Banco do Nordeste (BNB), que cuida do FNE, exigiam parâmetros para que a limpeza dos esqueletos fosse feita, o que foi possível por meio da portaria interministerial de janeiro. "Há muito tempo, vínhamos tentando dar transparência aos fundos, cujas gestões passadas foram marcadas por má administração e empréstimos sem nenhum critério técnico", afirmou Albuquerque.

A situação do FNE e do FNO era tão alarmante, de acordo com ele, que as taxas de inadimplência chegaram a 35,6% e a 22,4%, respectivamente. A maior parte dos empréstimos ruins, no entanto, foi concedida até 1998. Não sem motivo. Até 30 de novembro daquele ano, todos os prejuízos eram cobertos exclusivamente pelos fundos. A partir daquela data, as perdas passaram a ser rateadas entre os fundos e os bancos gestores. Mesmo assim, ainda levou um tempo para que a qualidade dos empréstimos melhorasse. Para os bancos, valia a pena manter os créditos podres nos ativos dos fundos, pois a taxa de administração que eles recebiam, de 3% ao ano, incidia sobre o patrimônio total.

Taxa alta

Pelas contas do diretor do Departamento de Fundos do Ministério da Integração Regional, com o saneamento da carteira de empréstimos, o FNE e o FNO ficarão com taxa média de inadimplência de 5%, ainda bastante elevada se comparada aos 3,2% do FCO. Ele ressaltou, porém, que a tendência de melhora nesse indicador é grande, pois o BC está exigindo o aprimoramento dos sistemas de análise de crédito dos bancos gestores dos fundos. "Essa melhora na gestão dos créditos é fundamental, pois os fundos são abas-

tecidos com recursos públicos, provenientes do Imposto de Renda, e são importantes instrumentos para o desenvolvimento das regiões mais pobres do país", assinalou.

Caixa cheio

Apesar de todos os problemas de gestão, o orçamento dos fundos não pára de crescer. Para este ano, os caixas do FCO, do FNE e do FNO foram abarrotados em R\$ 7,694 bilhões — um recorde —, volume 15% maior do que o registrado em 2004. No caso do FCO, serão R\$ 1,801 bilhão, mais 28% que no ano anterior. Além disso, o FCO dispõe de uma linha adicional de R\$ 1 bilhão com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). Já o orçamento do FNE foi fixado em R\$ 4,955 bilhões (+9,9%) e o do FNO, em R\$ 938 milhões (+19%). As taxas de juros dos financiamentos variam em torno de 3% ao ano para a agricultura familiar. Nas demais linhas para o setor rural, os juros oscilam entre 6% e 10,75% ao ano. Para a indústria, as taxas vão de 8,75% a 14% ao ano. Tanto dinheiro não quer dizer muita coisa. Nos últimos anos, devido à ineficiência nos repasses e às elevadas taxas de inadimplência, houve sobras de grande parte dos recursos. Em 2002, por exemplo, dos quase R\$ 1,7 bilhão em caixa, o FNE emprestou apenas R\$ 254 milhões. "Felizmente, esse quadro está mudando. Os desembolsos realizados até agora indicam que quase a totalidade do orçamento dos fundos para este ano será executada", afirmou Divino da Costa Vaz, gerente do Departamento de Fundos do Ministério da Integração Nacional.



Arte: Fernando Lopes



AJUSTE

HÁ ANOS NÃO SE FAZIA A LIMPEZA DOS ESQUELETOS DESSES FUNDOS

Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do BC